



Anais da Assembléia

Nº 134

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 03 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1981

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur e secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Cotrim e Nilton Friedrich.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Cameiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Aguiinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Adalberto Daros, Basílio Zanusso, Del Ciel, Deni Schwartz, Francisco Escorsin, João Elísio, Leônidas Chaves, Mário Celso, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Tércio Albuquerque e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao PROJETO DE LEI Nº 12/81, que declara de utilidade pública a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE CASCAVEL.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, REGIME DE URGÊNCIA na tramitação do Projeto de Lei 05/80, que cria o Município de CORUMBA-TAÍ DO SUL, desmembrado do Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a

consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido na cidade de Prudentópolis, do Sr. STANISLAU OSTAPOW.

O extinto era membro de tradicional família de Prudentópolis.

Requer outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, através do Vereador ORESTES OSTAPOW, residente à Rua 12 de Agosto, 914, Prudentópolis, Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO HUMENY, funcionário aposentado da 5ª RM/8º DR de Cascavel, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

PEDRO HUMENY, nascido em 02 de agosto de 1910, em Curitiba-PR., prestou serviços ao Departamento de Estradas de Rodagem durante 35 anos ininterruptos.

Funcionário modesto, sempre primou pela maneira honesta e objetiva que cumpria as suas tarefas.

Como expedicionário, foi combatente em Monte Castelo, onde defendeu como herói a nossa Pátria.

Sua lembrança servirá como exemplo a ser seguido pelas novas gerações.

Requer outrossim, que da deliberação desta Casa, seja dada ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. IVO CANTÚ, ocorrido na Cidade de Pato Branco.

Pioneiro em Pato Branco, o Sr. Ivo Cantú, o longo de sua existência, fez-se sempre presente, participando efetivamente do desenvolvimento daquela cidade e região.

Portador de um elevado espírito humanitário e sempre ostentando uma incansável dedicação aos movimentos sociais, granjeou o Sr. Ivo Cantú um imenso círculo de amizades e seu passamento constitui-se numa perda irreparável para Pato Branco, deixando grande consternação à sua família e seu numeroso grupo de amigos e a toda sociedade local.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos legislativos, um voto de regozijo pela passagem do 20º aniversário de UBIRATÁ que ocorrerá no dia 04/11/81, e que do

pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 248º aniversário de Morretes.

O tradicional Município de Morretes teve seus primitivos habitantes por volta de 1646, época de alguns aventureiros provindos de São Paulo ali chegaram à procura de ouro.

Entretanto, foi somente a 31 de outubro de 1733, que o rei de Portugal confirmou os provimentos do Ouvidor Rafael Pires Pardinho e determinou a demarcação de 300 braças em quadra para servir de localização à sede da futura povoação de Morretes.

Hoje Morretes experimenta expressivo surto de progresso e se constitui numa das principais cidades do litoral, graças à dedicação e ao trabalho de sua laboriosa população.

O Município é servido por estrada de ferro e ótimas rodovias pavimentadas que os liga a Curitiba, Antonina e Paranaguá. Na sede do município o comércio é intenso, contando com centenas de casas comerciais, bancos e estabelecimentos industriais, fixando-se estes principalmente na produção de aguardente, álcool, açúcar, papel e papelão. Na agricultura, destacam-se o cultivo de cana de açúcar, mandioca, laranja, milho, café, etc.

O Poder Executivo do município é representado pelo Sr. Marcy Alves Pinto, DD. Prefeito Municipal, sendo Vice-Prefeito o Sr. Antônio Ribeiro Filho. O Legislativo é representado pelos Srs. Vereadores: Carlos César de Lima, Presidente, Luiz Felipe da Silva, Vice-Presidente; Josemar Brasil Silvério, 1º Secretário; Antônio Carlos Vidal Pinto, 2º Secretário e membros, Moacyr França, Narelvi Carlos Mallucelli, Fernando Renato de Miranda, Cícero Luiz Consentino e Mercolino Campolino da Cunha.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações ao PATO BRANCO FUTEBOL CLUBE, pela conquista do Campeonato Paranaense da Segunda Divisão de Profissionais.

A garra demonstrada pelos atletas e dirigentes daquela agremiação ao longo do campeonato, num trabalho organizado e com respeito às normas desportivas e ao grande público que sempre esteve presente prestigiando seu clube, incentivando-o dentro e fora do campo, valeu-lhe o título máximo do certame para orgulho de Pato Branco e de toda a Região Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de aplausos ao advogado PAULO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA, Presidente da Subseção da OAB, em Maringá, pelo lança-

mento do "OAB Jornal - Maringá", órgão informativo da classe.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Com o lançamento do "OAB Jornal - Maringá", todos os advogados da região Norte do Estado passam a ficar completamente informados de todos os acontecimentos que interessam à classe.

Ao mesmo tempo, o informativo assume publicamente o compromisso de cerrar fileiras na luta com os Conselhos Federal e Seccional da OAB, na defesa intransigente dos direitos e prerrogativas do advogado e do povo brasileiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER votos de congratulações à Diretoria e Associados do Sindicato dos Contabilistas de Cascavel, pela realização da V Convenção dos Contabilistas do Paraná, com sede na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O conclave em apreço, realizado com pleno êxito em Cascavel, contou com aproximadamente 600 pessoas entre contabilistas e autoridades convidadas.

Tal iniciativa serviu para a análise profunda dos problemas relacionados com esta importante classe, abrindo excelentes perspectivas para os contabilistas do Estado, além da excelente divulgação que a cidade de Cascavel recebeu com a presença dessas autoridades presentes à V Convenção dos Contabilistas do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações à Direção da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Paraná, pela inauguração da sua sede própria, nesta Capital, a ser realizada no dia 30 do corrente mês.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Direção daquela entidade na pessoa do José Roque da Silva, Presidente da Federação.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pelo transcurso do 26º ano de colunismo do jornalista DINO ALMEIDA e pela inauguração da mostra de colunáveis e fotografáveis, agora caricaturáveis (por Xixo Fernandes), a ser realizada no dia 30 do corrente mês.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao referido jornalista e à direção do jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

SÚMULA:

SÚMULA:

REQUER a convocação dos Diretores da Fundação Cultural de Curitiba, Sérgio Fernando da Veiga Mercer, Diretor-Presidente, e Constantino Viaro, Diretor financeiro, para prestar informações sobre o projeto em vias de ser implementado, entre a Fundação que dirigem e a Fundação Nossa Senhora do Rocio — Rádio Clube Paranaense, de objetivos questionáveis.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que esta Assembléia convoque as autoridades nominadas, para que prestem todas as informações sobre o projeto a ser implementado brevemente e que tem como base a contratação, por parte da Fundação Cultural de Curitiba, da Rádio Clube Paranaense (FM) — Fundação Nossa Senhora do Rocio, cujos custos, duração, objetivos e oportunidade, consideramos questionáveis.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Dr. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR, DD. Presidente da Cia. Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, solicitando medidas que visem evitar o monopólio da COPEL nos serviços e vendas de materiais nas ampliações e implantações das redes de eletrificação rural.

Requer ainda, seja anexado xerox do telex da Associação Comercial e Industrial de Maringá, sobre o assunto.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM

JUSTIFICATIVA:

Não se pode negar os grandes benefícios que a expansão da rede de energia elétrica, executada pela COPEL, tem trazido ao Paraná e aos paranaenses.

Entretanto, monopolizar a venda de materiais e a prestação de serviços na implantação e ampliação de redes de eletrificação rural, além de contrariar as regras da livre iniciativa, fere os interesses dos empresários paranaenses do setor, contribuintes também do processo de desenvolvimento do Estado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por autorização, Sr. Presidente, desta Assembléia, e tendo em vista o ato baixado pelo Tribunal Regional Eleitoral, realizou-se em Boa Vista da Aparecida, no último dia 31 de outubro, o plebiscito relativo à consulta sobre a emancipação do Distrito de Boa Vista da Aparecida, buscando a sua separação do Município de Leônidas Marques.

Um fator importante, Sr. Presidente, ocorrido, é que, apesar da forte chuva que ali caiu no dia da votação dos 5491 eleitores credenciados, votaram 3137, dos quais 3111 disseram sim, apenas 17 votaram não, 5 votaram em branco e apenas quatro votos nulos.

E um dos fatores importantes, Sr. Presidente, é que

como já afirmamos aqui em outra oportunidade, a população de Alto Alegre, que pelas emendas substitutivas ficou fora do projeto original, fazia ali muitos protestos, reiteradas disposições contra a falta de envolvimento da área que ficou então, desmembrada pela emenda.

E um aspecto importante, Sr. Presidente, é que apesar de toda chuva, de não haver estradas transitáveis, nem carroçáveis, em várias áreas daquele distrito emancipado, o povo veio mesmo à pé, fazer a sua presença, dar a sua demonstração e manifestar o seu desejo, o seu apoio e a sua aspiração emancipativa.

Queremos deixar registrado aqui, Sr. Presidente, que o pleito transcorreu na mais absoluta pacificidade, com um ambiente de entusiasmo, com uma expectativa muito grande, e ao final da apuração dos votos, houve até grande passeata no Centro da futura sede do município.

Como se vê, Sr. Presidente, mais uma comunidade se ajusta para transformar-se numa outra célula, num outro município que, a nosso ver, pela sua potencialidade agrícola, pelo seu fortalecimento populacional, pela sua renda, pelos costumes ali existentes, pelas origens daquele povo, não teremos dúvida alguma que será, apesar de todos os senões, um forte município altamente politizado, profundamente imbuído de progresso, tendo em vista a alta produção agropecuária ali existente.

Queremos deixar aqui, Sr. Presidente, registrado nos Anais desta Casa, os agradecimentos a todas as autoridades que colaboraram naquele pleito e também àquela população que, por dever cívico e compreendendo, aceitando e promovendo esta atitude emancipativa, chegaram a um termo observado os critérios legais de viabilidade, com sobra de votos, com 391 votos de sobra, para o exigido na lei.

Além de tudo, Sr. Presidente, notou-se que pela ausência de mais de dois mil eleitores, ali também se verificou um grande número de evasão de pessoas, o êxodo rural, ali também, embora seja de pequena propriedade se toma ainda uma realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. É com renovada alegria que venho novamente à tribuna desta Casa fazer um registro.

Desejo destacar e enaltecer o esforço dos promotores dos XXXI Jogos dos Servidores Públicos do Paraná, cujo êxito se repete anualmente, numa comemoração festiva ao Dia do Servidor.

Desejo afirmar nesta ocasião, que mais uma vez o DER do Paraná vem participando assiduamente de todas as competições, todos os anos, marcou uma grande vitória, reconquistando uma hegemonia esportiva de nove anos, nas disputas das várias modalidades desses jogos, aliás, 15 modalidades para sermos mais explícitos.

Este ano o DER graças ao esforço, a compreensão e colaboração de seu corpo diretivo, marcou presença memorável, conquistando o primeiro lugar nas modalidades de futebol de salão, basquete masculino, bolão e tênis de mesa. Sagrou-se vice-campeão em vôlei masculino e obteve o segundo lugar nas competições de atletismo masculino e feminino e truco.

Sobretudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo mencionar que o DER, de cujo corpo de engenheiros tenho a honra de pertencer, sagrou-se campeã geral dos Jogos dos Servidores, com 81 pontos contra o segundo colocado, que foi a Polícia Militar do Paraná, com 59 pontos.

Ao destacar essa campanha meritória e exitosa das equipes do DER, é minha intenção estender votos de congratulações

a todos os participantes das competições, que se houveram bem, com brilho e galhardia, valorizando sobremaneira as comemorações do Dia do Servidor, tradicional realização promovida pela Associação dos Servidores Públicos do Paraná, entidade sempre preocupada com a elevação dessa laboriosa classe, fator de tranquilidade da Administração Pública estadual, voltada hoje para um extraordinário desempenho gerencial, que executa com espírito de sacrifício e renúncia, demonstrando que acima de tudo, estão os altos interesses do Paraná.

O DER, durante anos, mais precisamente, 9 anos, obteve os primeiros lugares nos Jogos dos Servidores. Essa hegemonia serviu para demonstrar, ao longo desse período, o notável espírito de integração que sempre predominou dentro daquela Casa de trabalho, marcando de forma indelével a passagem de várias administrações, sempre identificadas com esse espírito e sempre dispostas a render uma justa homenagem a todos os servidores públicos do Estado, qualquer que fosse o escalão e a categoria.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a justiça deste registro, que fazemos com alegria, certos de que, também este é o pensamento de todos nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Como é sabido dos Srs. Deputados, e o povo do Paraná conhece perfeitamente as dificuldades de alguns Prefeitos na região do litoral, das praias do nosso Estado, que, ao aproximar-se a época de temporada, alegam falta de recursos, para deixar as praias em condições de receber os milhares de turistas que para lá afluem.

Assim é que tem sido nossa preocupação constante que as praias do nosso Estado recebam benefícios do Governo do Estado. Se isso não acontecesse, os Srs. Prefeitos pouco fariam, não só por não terem recursos, mas, porque o desinteresse desses Prefeitos é clamoroso.

Em contato com o Secretário Saul Raiz, conseguimos para o Município de Guaratuba, Cr\$ 1.989.000,00, para serem aplicados de imediato nos seguintes setores: compra de três máquinas roçadeiras: Cr\$ 388.000,00; projeto de execução do "Recanto dos Namorados": Cr\$ 700.000,00; organização da Praia dos Turcos, próximo ao Prosdócimo: Cr\$ 570.000,00; gramar toda a extensão da Vila Real até às Caieiras: Cr\$ 333.000,00.

Este total atinge a cifra que já citamos e repetimos, de Cr\$ 1.989.000,00.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso é uma demonstração evidente, inofismável, de que o Governador Ney Braga tem o máximo de atenção para com as praias de nosso litoral. E essa liberação será: Cr\$ 1.000.000,00 imediatos; dentro de uma semana, o Município de Guaratuba receberá um milhão de cruzeiros que será depositado no Banco do Estado, agência daquela cidade; e o restante, dentro de 30 dias.

Se as praias não estiverem em condições, na temporada, é porque a irresponsabilidade dos Srs. Prefeitos é mais acentuada do que pensávamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tenho em mãos um "xerox" do jornal "A Tribuna de Santos", de sexta-feira, 16 de outubro de 1981, e um exemplar do "Diário do Comércio" da cidade de Paranaguá, da última

sexta-feira, dia 30 de outubro.

Trazem esses jornais uma preocupação. A Manchete do "Diário do Comércio": "Avulso poderá acabar. Classes protestam".

Enquanto que o jornal "A Tribuna de Santos", diz: "Avulso pode ser extinto." Depois de ouvir a PORTOBRÁS, através do Presidente da autarquia, Arno Oscar Marcus, que afirmou, no Rio de Janeiro, durante a Rio-Mar, que é favorável à implantação no País de entidades estivadoras, transformando o Porto de Santos, por exemplo, e Paranaguá está incluído, em "Port Authority", exatamente como ocorre em Nova Iorque.

Com essa implantação, deixariam de existir os sindicatos dos Estivadores, Conferentes, Vigias e Consertadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Uma nova ameaça paira sobre a cabeça dos trabalhadores portuários. Já aviltados em seus direitos, em suas conquistas históricas enquanto categoria profissional, estão agora, diante da possibilidade de que venha a ser aprovada uma medida em estudos pela PORTOBRÁS. Trata-se da implantação, no País, de entidades estivadoras que transformariam os portos brasileiros, inclusive Paranaguá, em "Port Authority", exatamente como ocorre em Nova Iorque.

Mais uma vez, justifica um órgão do Governo de que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil. Mas todos sabemos que o que é bom para os Estados Unidos não é bom para os trabalhadores brasileiros. E isto é verdade especialmente neste caso. Com a implantação de entidades estivadoras, serão eliminados os trabalhadores avulsos, que passariam a ser classificados como trabalhadores comuns. A medida dividiria o porto em pequenos lotes, que seriam entregues a grandes armadores, que ficariam responsáveis pela sua administração. Quem perde com a medida? Os trabalhadores, evidentemente. É tradição, em todos os portos do mundo, que o trabalho avulso tenha nos sindicatos a sua forma de organização e capacidade de negociação. É contra os sindicatos que se desenvolve também esta trama do Governo. Coerente com toda a sua política desenvolvida nestes últimos 17 anos, o Governo mais uma vez penalizaria o trabalhador em favor do capital, e especialmente, em favor do grande capital.

Os trabalhadores avulsos serão os mais prejudicados. Hoje ganham por tonelagem, com a medida passarão a ganhar no mesmo nível imposto a todos pela empresa. O Vereador Massami Takayama, de Paranaguá, já analisou a questão na Câmara de Paranaguá, e afirmava que em nosso porto principal a medida vai prejudicar profundamente a todos os trabalhadores avulsos, provocando inclusive graves deformações sociais que virão a se somar àquelas já produzidas pela política para o setor desenvolvida pelo Governo.

É urgente a questão. Grave os seus reflexos.

Devemos defender os trabalhadores portuários do Paraná e do Brasil contra mais esta ameaça.

E não permitir que o Governo, mais uma vez, estabeleça uma medida que os prejudica em favor do grande capital que aspira a máxima exploração de nossos trabalhadores.

Com a implantação deixam de existir os sindicatos dos Estivadores, Conferentes, Vigias e Corretores."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dos mais graves sintomas das crises prolongadas é quando nos acostumamos a elas. É quando, a cada convulsão, não se esboça mais a forte reação, ou sequer, o espanto. É quando, para amenizá-la, sem a intenção de destruí-la por completo, se dá uma aspirina ao doente, ou mesmo se resolve ignorá-lo.

A transposição deste quadro à realidade brasileira, ao mesmo tempo que nos preocupa, nos anima. Neste fim de semana prolongado, quando os deslocamentos de paranaenses e brasileiros se deram com intensidade de área para área, já fomos avisados, na cidade, que pagaríamos mais para retomar. Nada menos do que 40% a mais nas passagens terrestres intermunicipais, para viagens pouco confortáveis, cansativas, e que nada mais acrescentaram ao usuário. Mas que aos exploradores do sistema representou, sem dúvida, a manutenção da taxa de lucros.

Pelas características destes trajetos, cuja dispersão está presente, além das preocupações e a ansiedade pelo encontro de familiares e amigos, os aumentos tarifários perderam o impacto que os aumentos das passagens urbanas provocam.

Nas cidades, centros da luta, onde as convulsões sociais nascem nas sociedades industriais, o clima de tensão é grande. Anuncia-se que o salário-mínimo — o maior do País, será de Cr\$ 12.000,00. E ao mesmo tempo, que teremos majorações nos preços de todos os gêneros essenciais, nas tarifas, nas passagens e etc.

E, assim como ocorre em São Paulo, a tensão social no Paraná é crescente. Lá, entretanto, por se constituir num estágio avançado dos movimentos sociais, são evidentes os sentidos de uma explosão, de uma revolta. São tão evidentes que o regime, rebuscando no seu arsenal de técnicas para conter a insatisfação popular, através dos seus prepostos, avisa: a polícia está preparada para reprimir qualquer movimento de contestação.

Nestes dias santificados pela Igreja, um dos seus mais respeitáveis representantes, o Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, fez uma pelo ao Governo: que se institua uma tarifa especial aos que ganham até três salários-mínimos.

Seu apelo reforça a reivindicação do Movimento Contra a Carestia de todo o Brasil, assim como de todos os movimentos populares e dos partidos de oposição.

Entretanto, Senhores, a face desastrosa destes fatos, já que a unidade do povo com os movimentos populares é a face positiva, é a ação do regime que se instalou neste País.

Desde a semana passada, quando se anunciou o aumento das passagens urbanas em São Paulo, e se previu que o mesmo havido em Salvador em agosto se repetiria, a polícia começou a preparar formas para reprimir. Diz a polícia que este será, sem dúvida, o maior quebra-quebra da história, porque não é Salvador, é São Paulo. A população, que já enfrenta a inflação e o arrocho salarial, não suporta a carestia da vida. Este mal que destrói todas as conquistas das lutas salariais. Que tira da mesa do brasileiro a alimentação essencial.

Enquanto a polícia se preocupa e se prepara para reprimir possíveis atos de insatisfação, como tem feito em todos estes anos cujos interesses populares foram sufocados, o Governo silencia. Não houve sequer as propostas dos Prefeitos das Capitais, que apesar do sabor eleitoral, tentam mecanismos para amenizar os aumentos tarifários do transporte urbano. O subsídio ao óleo diesel é um deles.

A população, abraçada com quem lhe dá esteio, os partidos políticos de oposição, os sindicatos, as entidades populares, movimentos contra o custo de vida, estudantes e Igreja, continua em pé na luta pela sobrevivência. Em todo o Brasil a grita é pelo congelamento dos preços.

Sabe a sociedade brasileira que somente a unidade fará a construção daquela que será, sem dúvida, a força que derrubará este regime. Que mudará o estado de coisas.

O Governo, por sua vez, se reserva o direito de continuar silenciando. E reprimindo, por baixo da porta. Jogando a sujeira debaixo do tapete. E reafirmando sua máxima: os pobres que paguem pela crise! Mas, sem dúvida, Senhores, virá o troco, e breve!

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, no Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Senhor Deputado Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para reconstruir sua entidade máxima, a União Brasileira de Estudantes Secundários, a UBES, mais de 2.000 estudantes de todo o País estiveram reunidos nestes últimos três dias em Curitiba.

O encontro, senão histórico, marcante da força que ganham os diversos segmentos da sociedade brasileira, na ânsia de recuperar sua memória, suas instituições e sua vida que tentaram apagar nesses 17 anos de violência de toda ordem.

Esse Congresso, 20.º da História da UBES, entidade fechada por força do AI-5 em 1969, trouxe a esta Capital, jovens ansiosos por caminhar com as próprias pernas, reconstruindo sua central única que, daqui para frente, esperamos, aponte a direção correta para os mais de 15 milhões de secundaristas deste País. E já aponta de imediato que é necessário estar presente em todos os movimentos, lutas e reivindicações de toda sociedade brasileira, para que suas conquistas sejam coroadas pelo apoio da maioria.

Entretanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, embora soe com leveza a realização deste congresso, somente as mentes mais maquiavélicas seriam capazes de imaginar todos os obstáculos colocados a estes mais de 2.000 jovens que pretendiam trazer a Curitiba quase quatro mil secundaristas. Como já se divulgou, Senhor Presidente, e divulgou-se muito, inclusive se debateu nesta Casa e através da imprensa, desde o mês de outubro, os secundaristas do Paraná vêm sendo vítimas de diversas formas de pressão possíveis por parte do Governo paranaense.

No começo do mês passado na cidade de Paranaíba, com ajuda de setores governistas, conseguiu-se algumas pessoas e com ligações efetivas ao partido oficial, tumultuar o importante Congresso de secundaristas do Paraná. E mediante ameaças, criou-se um clima de terror que buscavam tão somente os jovens reunir todos os subsídios para alimentar o andamento das atividades estudantis.

Diante de episódios ainda tão quentes, não se poderia esperar que o Governo paranaense mexesse uma palha sequer, no sentido de colaborar com um encontro democrático, como o 20.º Congresso da UBES, mas também não se admitia que o Governo do Senhor General Ney Aminthas de Barros Braga, ex-Ministro da Educação e Cultura do País, até tudo fizesse para atrapalhar a atividade de reconstrução da UBES. Ingenuidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quem sabe das ações que é capaz de cometer este Governo, está preparado para enfrentar traições, represálias e outros atos do mesmo nível, desde a omissão até a parcilidade mais desavergonhada.

Só para se ter uma idéia, podemos informar que durante esses três últimos dias, os secundaristas em Congresso nesta Capital dormiram direto no cimento. E só não ficaram ao relento, porque era tão importante esse congresso, que um contato com uma pessoa paranaense, curitibana, que se encontrava em Paris, foi feita no sentido de liberar o estádio de futebol. E por quê?

Há duas semanas, quando os responsáveis pela organização do 20.º Congresso da UBES começaram a levantar a infra-estrutura para o encontro, iniciou-se, também, toda uma série de pressões que viriam enterrar a sua realização.

Primeiro: foi a dificuldade de se obter um lugar adequado, que pudesse não só abrigar estudantes para descanso, mas, tam-

bém, para as sessões plenárias. E, embora o Governo dispusesse de dezenas de suntuosos espaços, capazes de corresponder às necessidades daqueles cujos pais haviam gerado as riquezas para construí-los, nada pôde ser feito. A resposta sempre negativa por parte da Secretaria da Cultura e Esporte, dirigida por sinal por um intelectual, vinha sempre acompanhada de argumentação, cheia de rancor: dizia que os estudantes haviam feito junto à greve dos professores e outros argumentos, quando não, até para protelar uma decisão.

Depois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi a vez dos colchões para acomodar mais de dois mil estudantes de todo o País. E, ainda que tivesse sido os próprios estudantes os doadores de centenas e centenas de colchões da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, ainda no ano passado, após o Encontro de Estudantes de Medicina, estes não foram liberados. E a Secretaria de Cultura também se negou a intervir, inclusive, ceder o que possuía, bem como, o próprio Ginásio de Esportes do Tarumã.

Quando o Ginásio do Colorado Esporte Clube estava praticamente liberado, começaram as pressões. E não fosse a insistência estudantil, que foi através de telegrama a Paris para o Presidente do Clube, provavelmente o congresso não teria sede. Todas estas ações governamentais são perfeitamente compreensíveis. Afinal, a reconstrução de uma entidade do padrão da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, não pode ser permitida num País que até hoje não reconhece, sequer a União Nacional dos Estudantes; que entrava a liberdade dos trabalhadores; que cria expedientes para adiar ou tornar eleições inviáveis neste País e que não quer a central única dos trabalhadores.

Entretanto, apesar de todas as dificuldades, os estudantes secundaristas brasileiros conseguiram fazer o seu congresso, mesmo às vistas de policiais federais e outros — sob encomenda — que ali estavam entre os secundaristas para tumultuar o encontro e também, de outro lado, bem-informar o regime, posteriormente, derrubando as dificuldades de ordem material, geradas do pavor do Governo e verificar a organização do povo, os estudantes tiraram importantes decisões. A principal delas, que é de estar presente em todas as lutas do povo brasileiro, de estar inarredavelmente na luta pela educação — para todos — de lutar por um ensino público e gratuito, de usar de todos os meios para obter os vinte e cinco por cento das verbas estaduais e doze por cento do orçamento da União para a educação. De unir todos os estudantes, inclusive de outros países e de estar solidário com as lutas pela libertação dos povos, como o de El Salvador, povos palestinos, sul-americanos, angolanos e todos os outros oprimidos pelos regimes que estão aí.

Como se nota, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não serão ações de caráter das cometidas pelo Governo do Sr. Ney Braga, ex-Ministro da Educação e Cultura do País, inspiradas nas já muito conhecidas e utilizadas em passado recente, que freiarão o movimento social. Porque se esquecem os senhores da mesma linhagem do Governador do Paraná, que são as derrotas que fortalecem os combates. E a ausência total de auxílio por parte do Governo, num evento desta espécie, deu mais elã e vontade e estímulo à classe estudantil secundarista.

Portanto, muitas vezes uma pequena derrota aqui, fortalece o combate ali. Combatentes que provaram, que apesar dos anos distanciados das decisões desta Nação, que não se entrega e que não se entregará ao primeiro embate.

Tão conscientes estão estes secundaristas, jovens nascidos há quinze ou vinte anos, portanto que nasceram nesse pior período da história brasileira, que têm a história muito distante de si mas que têm a idade do golpe militar, que sequer deram por reconstruída sua entidade unitária e assim fizeram.

Neste 20.º Congresso da UBES, afirmam os estudantes que apenas foram lançados os alicerces da entidade. E que, sua construção se dará no dia a dia. Na luta cotidiana, na união cada

vez maior destes que se constituem, historicamente, nos grandes aliados do povo nas horas decisivas.

Estas, enfim, é uma das razões que leva a sociedade como um todo, a proteger e a apoiar os estudantes, seus filhos, e aqueles que reproduzirão, em futuro breve, e com muito mais força todos os anseios do povo brasileiro lado a lado com este!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos nesse horário da Liderança do PMDB, não só registrar este evento histórico, porque tal qual a União Nacional de Estudantes que o Governo não aceita mais é legitimada na prática, o regime não admite a central única dos trabalhadores e nós a teremos em 82. É assim que este povo e este País vão construindo a Nação livre, democrática, justa e igualitária que nós queremos.

Mas há de ficar aqui nos Anais desta Casa o registro de profundo protesto pela maneira como o Governo do Estado do Paraná, o General Ney Braga, ex-Ministro da Educação e Cultura, mais uma vez soube ser omisso em qualidade e graus inimagináveis. Porque negar auxílio alimentício, negar local, não subsidiar nem as instalações mais precárias e deixar mais de dois mil estudantes de todo o País dormindo no chão frio das noites curitibanas, tem que ser acima de tudo insensível, para não dizer outra coisa, Sr. Presidente.

E até governadores ligados a este sistema, subservientes, tiveram recentemente atitudes mais elogiáveis. Quando o próprio Governador da Bahia cedeu o Centro de Convenções do Estado, com todos os auxílios para a realização de um Encontro Estudantil.

Aqui no Paraná, no Estado do ex-Ministro da Educação e Cultura, qual foi a resposta que deu este Governador à Secretaria de Educação e à Secretaria de Esporte e Cultura?

Simplesmente protelaram e acabaram negando aquilo que é do povo, não é do Governador nem do Secretário, que são instalações, locais e instrumentos para que o povo através de um segmento, mesmo estudantil, possa se organizar e realizar os seus trabalhos.

O nosso protesto pela maneira insensível, omissa, e que prova que este Governo tem os seus dias contados, porque até não tem a sensibilidade de ver a palpação popular que está na rua. Dois mil estudantes secundaristas, Sr. Presidente, que vieram de todos os quadrantes, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, não mereceriam do Estado do Paraná o que receberam nos últimos três dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que às galerias não são permitidas manifestações, e consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Ausente).

Ausente, consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requieiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

Responderam a chamada nominal 36 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão e conseqüente deliberação.

A Mesa, com base na Resolução n.º 2/71, abre prazo por

três (3) dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 4 de novembro, para oferecimento da emenda às Proposições nº 97, 98 e 99/81. Propostas de Emenda à Constituição do Estado, de autoria dos Srs. Deputados Airton Cordeiro, Gabriel Sampaio e Erondy Silvério, respectivamente.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO —

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 93/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que altera a Lei nº 6.407, de 11 de junho de 1973. (Fundação Ipardes). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA SUBSTITUTIVA aprovada neste turno. Por apreciar a EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação a Emenda de Plenário. — Rejeitada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro a Vossa Excelência verificação de votação.

Até porque esta emenda foi recentemente aplaudida pelo próprio autor da emenda primeira, Deputado Luiz Alberto de Oliveira que, no corredor, ainda conversamos tempo sobre o assunto. E peço a Vossa Excelência a verificação de votação, para tentar ver se situamos melhor na contagem dos votos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 93/81, queiram levantar-se.

16 Srs. Deputados a aprovam,

18 Srs. Deputados a rejeitam. — Rejeitada.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 05/81 (Mens. Govern. nº 10/81), que subscreve aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná, COHAPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel situado em Curitiba e de propriedade do Estado, conforme especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 05/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever aumento de capital da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ — COHAPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Rua Barão de Antonina nº 325, com as seguintes características:

- terreno de forma retangular, constituído pelo lote nº 10 (dez) quadra nº 58 (cinquenta e oito), setor nº 31, zona nº 1, com 42,75 metros de frente e 21,60 metros de fundos, perfazendo a área de 923,40 metros quadrados, contendo uma construção de alvenaria e um galpão de madeira, adquirida por escritura pública de desapropriação amigável, lavrada às fls. 96v. do livro 461, do 1.º Tabelaionato desta Capital.

Art. 2.º — O imóvel de que trata a presente lei, destina-se à construção da sede própria da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ — COHAPAR.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 87/81, que cria o Distrito Administrativo da Fazenda Rio Grande no Município de Mandirituba, com divisas que especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 87/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Fazenda Rio Grande, no Município de Mandirituba, com sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas:

- “começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Despique, sobe este até a foz do Rio Abaixo, pelo qual sobe até sua nascente de onde por uma linha seca alcança a nascente do Arroio Liminha, seguindo por este abaixo, até sua foz no Rio Maurício, pelo qual desce até sua foz no Rio Iguaçu, e por este acima até encontrar a foz do Rio Despique, ponto de partida, numa área de 150 km²”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente,
DEL CIEL — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 69/81, que autoriza a realização de plebiscito em área do Município de Curiúva, para consultar a população sobre a criação do Município de Figueira. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 69/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante especificada, pertencente ao Município de Curiúva, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Figueira:

- “Começa na nascente do Ribeirão da Areia Branca, e segue por este até o ponto em que recebe o Ribeirão das Pedras, seguindo por este até o Rio Laranjinha, e seguindo por este até encontrar o Ribeirão São Francisco e por este até encontrar o Córrego Tabuão, daí até a nascente do Arroio Esperança, e deste por uma linha seca até a nascente do Ribeirão Areia Branca, ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente,
GABRIEL SAMPAIO — Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 59/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição nº 76/81, (Mens. Govern. nº 82/81), que arpoa o convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria dos Transportes, e o

Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a prestação de auxílio financeiro para a aplicação nas obras do Terminal Rodoviário de Passageiros na sede do referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 77/81, (Mens. Govern. n.º 83/81), que aprova os termos do convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Assaí, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 78/81 (Mens. Govern. n.º 84/81), que aprova o convênio celebrado através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Município de BANDEIRANTES, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura, na área industrial.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 62/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 44/81 (Mens. Govern. n.º 46/81), que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado em 14/01/81 entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União, dos Estados e dos Municípios, na execução do Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 48/81 (Mens. Govern. n.º 50/81), que aprova os convênios n.ºs 14/80 e 26/80, efetuados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e os municípios aqui nominados, tendo como interveniente a COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, nos referidos municípios.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 65/81 (Mens. Govern. n.º 72/81), que aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Toledo, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras rodoviárias.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 81/81, (Mens. Govern. n.º 87/81), que aprova os termos aditivos aos convênios n.º 15/81, 30/80 e 32/80, celebrados respectivamente entre o Estado do Paraná e os Municípios de Araucária, Balsa e Campina Grande do Sul, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC na execução de obras constantes do Plano Metropolitano de Investimentos.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 66/81, oriundo

de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 50/81 (Mens. Govern. n.º 54/81), que aprova o convênio celebrado em 25/05/81, entre o Governo do Estado e o Município de Londrina com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a continuação da execução de projetos, obras e serviços atinentes à construção do Terminal de Passageiros da Cidade de Londrina.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 67/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 52/81, (Mens. Govern. n.º 58/81), que aprova o convênio celebrado em 26/03/81 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a execução do Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária — PROAEROPORTO, no exercício de 1981.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 70/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 38/81, (Mens. Govern. n.º 42/81), que aprova o convênio celebrado em 20/05/81 entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Obras Públicas, visando a prestação de assistência técnica e participação em estudos que objetivam a “Análise da Potencialidade da Navegação Interior nos Afluentes do Rio Paraná.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 45/81, (Mens. Govern. n.º 47/81), celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados, objetivando a participação dos citados municípios no “Programa de Transporte Metropolitano”.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 72/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 56/81, (Mens. Govern. n.º 62/81), que aprova os convênios celebrados em 07/07/81 entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Nossa Senhora das Graças e Santo Antônio do Paraíso, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 73/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 58/81 (Mens. Govern. n.º 64/81), que aprova os convênios celebrados em 3, 15 e 30/06/81 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de Mandaguari, Rio Negro e Uraí, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 69/81 (Mens. Govern. n.º 76/81), que aprova o termo de convênio celebrado em 23/07/81 entre o Governo do Estado e o Município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando a execução de obras

de combate à erosão urbana na sede do referido município.—
Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 75/81 (Mens. Govern. n.º 81/81), que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Guaporema, visando a execução de obras de controle da erosão urbana, naquele município.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 101/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI e outros, que altera a redação da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em seu inciso III, do Art. 140, conforme especifica. (Cargo em Comissão ou Função Gratificada para aposentadoria de funcionário). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.G., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 101/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — O inciso III, do Art. 140, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a redação seguinte:

“Art. 140 —

III - “se houver exercido, por um período não inferior a quatro anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão e/ ou função gratificada do nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses”.

Art. 2.º — Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

O projeto visa a redução de cinco para quatro anos o período de aquisição do direito de o funcionário aposentar-se com os vencimentos do cargo em comissão por esse tempo desempenhado.

A razão da iniciativa encontra-se no fato de que os mandatos do Poder Executivo, bem como do Poder Legislativo têm a duração de quatro anos, período em que o funcionário exerce cargo de confiança.

Assim, não é justo exigir-se que esse período seja de cinco anos, a não ser que os referidos mandatos fossem igualmente de cinco anos.

O restante do dispositivo está redigido exatamente igual ao inciso II, do Art. 73, da Lei n.º 7050, de 4 de dezembro de 1978, que dispõe sobre o Estatuto da Coordenadoria da Receita do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 101/81

PARECER

Submete-se à apreciação desta Comissão o presente projeto de autoria do eminente Deputado FUAD NACLI e outros, objetivando reduzir de cinco para quatro anos o período de aquisição do direito de aposentar-se o funcionário com os vencimentos de cargo em comissão por esse tempo

desempenhado.

Atente, embora, no preceito constitucional contido nos artigos 25 e 35 da Carta Magna, somos todavia levado a reconhecer o interesse público da matéria de que é mensageiro o projeto, cuja justificativa fundamenta e convence.

Dada a incontestável oportunidade e justiça do Plano de Lei Complementar em análise, relevar-se-á o vício de origem, para que a sanção governamental a transforme em lei.

Somos, assim, pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 7 de outubro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente,

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 101/81 PARECER

O nobre Deputado Fuad Nacli pretende alterar a redação do inciso III, do Art. 140, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado), a fim de reduzir de cinco para quatro anos o período de aquisição do direito à aposentação com os vencimentos do cargo em comissão.

A douta Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente ao projeto de lei em questão, por unanimidade de seus membros.

De ressaltar a copiosa ilustração aposta ao projeto, em termos de legislação federal e municipal, que demonstra a oportunidade e a conveniência da medida. Em outras palavras, trata-se de ajustar a lei estadual à legislação positivada nas outras esferas do governo.

O parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões em 13 de outubro de 1981.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 101/81

PARECER

O nobre Deputado Fuad Nacli pretende reduzir de cinco para quatro anos o tempo que o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado exige para o funcionário incorporar, na inatividade, o vencimento do cargo em Comissão.

Idêntica norma se aplica presentemente aos servidores da Coordenação da Receita do Estado, através da Lei n.º 7050/78, aos funcionários do Município de Curitiba, nos termos da Lei n.º 5975, de 23.3.79 e aos funcionários da União Federal, consoante à Lei n.º 6732, de 4.12.79, que modificou o respectivo Estatuto dos Servidores.

Nestas condições, o projeto está atualizando o Estatuto dos Servidores do Estado à legislação que rege os funcionários do Município da Capital e da União, obedecendo ao princípio de isonomia.

Esta Comissão, à vista do exposto e entendendo da maior oportunidade e conveniência, deve manifestar-se no mesmo sentido das outras Comissões que examinaram esta matéria.

O parecer, portanto, é favorável.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1981.

(aa) NELSON BUFFARA — Presidente,

WILSON FORTES — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115/81, de autoria do

Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a "Associação dos Deficientes Físicos do Paraná", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 115/81

A Assembléia Legislativa do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1981.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade, vem prestando relevantes serviços à comunidade de nossa Capital, dentro dos ditames estabelecidos nos Estatutos Sociais, em prol dos deficientes físicos.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento as exigências legais previstas na Lei 6994, que regula a matéria em nosso Estado.

Com isso apresentamos o presente plano de lei que por certo contará com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 115/81

PARECER

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do eminente Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO PARANÁ", com sede nesta Capital.

Cumpridas que foram as formalidades regimentais, bem como as exigências legais, inexistente qualquer impedimento à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, cumpre-nos ressaltar o interesse público da medida que se pretende concretizar precisamente no Ano Internacional do Deficiente Físico, razão por que somos por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;

JURANDIR MESSIAS — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública o "Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro", com sede e foro nesta Capital.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 125/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "LAR DAS MENINAS NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços no campo do atendimento ao menor desamparado de nossa Capital, granjeando com isso o reconhecimento público municipal.

Na Casa que mantém mais de duas dezenas de órfãs e abandonadas situada à Rua Agostinho de Leão n.º 157, no Alto da Glória, está a comprovar a meritória obra assistencial que presta à sociedade curitibana.

A documentação que anexamos ao presente, comprovava o preenchimento das exigências legais previstas à declaração de utilidade estadual, o que estamos propondo e que esperamos merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 125/81

PARECER

De autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade o Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Analisando-se o projeto através da justificativa e documentação que o acompanha, temos que a matéria se encontra dentro do contexto legal e constitucional, não havendo qualquer óbice que possa impedir a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente,

GABRIEL SAMPAIO, Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Stanislaw Ostapow, ocorrido em Prudentópolis.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Humeny.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ivo Cantú, ocorrido na Cidade de Pato Branco.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 20º aniversário de Ubatã.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 248.º aniversário de Morretes.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Carlesso, ocorrido

Curitiba, terça, 03/11/81.

dia 25 pp., em Campo Largo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Stanislaw Ostapov, ocorrido no dia 26 do corrente, no Município de Prudentópolis.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 30.º aniversário da Colônia de Entre Rios, Município de Guarapuava, ocorrido dia 24 do transato.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 115/81, que visa declarar de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Raicoski Sobrinho, ocorrido no dia 15 de outubro do ano em curso.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 61/81, que visa aumentar o n.º de cadeiras da Câmara Municipal de Francisco Beltrão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 125/81, que declara de utilidade pública o Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpetuo Socorro de Curitiba.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela passagem do 20.º aniversário de Campina da Lagoa que ocorrerá dia 4 de novembro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 88/81, que trata da contagem recíproca do tempo de serviço.— **Rejeitado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação)

10 Srs. Deputados o aprovam;

18 Srs. Deputados o rejeitam.

Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 5/80.— **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, re-

queiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

5 Srs. Deputados o aprovam,

20 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há “quorum” para deliberação, e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em votos de agradecimentos, pela assinatura do contrato de refinanciamento dos mutuários da Associação do Núcleo Residencial “Jardim Samambaia” de Paranaíba.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando a convocação dos Srs. Diretores da Fundação Cultural de Curitiba, Diretor-Presidente e Diretor-Financeiro, para que prestem todas as informações sobre o projeto a ser implementado brevemente e que tem como base a contratação, por parte da Fundação Cultural de Curitiba, da Rádio Clube Paranaense (FM). [Fundação Nossa Senhora do Rocio, cujos custos, duração, objetivos e oportunidade consideramos questionáveis. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria e Associados do Sindicato dos Contabilistas de Cascavel pela realização da 5a. Convenção dos Contabilistas do Paraná, com sede na Cidade de Cascavel.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao “Pato Branco Futebol Clube” pela conquista do Campeonato Paranaense da 2a. Divisão de Profissionais.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo medidas que visem evitar o monopólio da COPEL nos serviços e vendas de materiais nas ampliações e implantações das redes de eletrificação rural.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 26.º aniversário de colonismo do jornalista Dino Almeida e pela inauguração da mostra de Colunáveis e Fotografáveis, agora caricaturáveis (por Xixo Fernandes).— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Direção da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Paraná, pela inauguração da sua sede própria nesta Capital.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao

Advogado Paulo Roberto Pereira de Souza, Presidente da Subseção da OAB, em Maringá, pelo lançamento do "OAB Jornal - Maringá". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão, pelo recebimento da Medalha Teixeira de Freitas. —

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de Telex aos Líderes dos Partidos Políticos com assento no Congresso Nacional cumprimentando-os pelo entendimento na votação das alterações na Lei da Previdência Social. — **Em discussão.**

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Secretário da Segurança Pública, Presidente do INCRA e do ITC, no sentido de apurar as denúncias de arbitrariedades policiais cometidas contra colonos na localidade de Bragantina, município de Assis Chateaubriand. —

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, pedindo providências no sentido de que o aluno João MacArthur Silva Rebello, aluno do Ginásio Estadual Parigot de Souza, de Inácio Martins, cursando a 7a. Série, possa dar continuidade a seus estudos naquele estabelecimento. —

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações ao Sr. Diretor do DETRAN, com respeito ao afastamento de membros do C.D.A. e outros fatos. —

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Paraná, encarecendo a construção de 2 (duas) salas de aula na sede do Distrito de Siqueira Bello, Município de Barracão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gemote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Senhores Presidente da República e ao Ministro da Justiça encarecendo a não expulsão dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou. —

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário para o Desenvolvimento dos Municípios reivindicando a construção de uma qua-

dra de esportes no Distrito de Flor da Serra, Município de Medianeira. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e ao Secretário da Educação, reivindicando a criação do ensino de Segundo Grau no Distrito de Flor da Serra, Município de Medianeira. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança, com o propósito de solidarizar-se com o Delegado do Meio Ambiente, a exemplo do que fez a A.D.E.A., Associação de Defesa e Educação Ambiental, publicada no Jornal Gazeta do Povo, edição de domingo, dia 25/10/81. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Professor Danton Richlin da Rocha Loures, chefe do serviço de cirurgia Cardio-Vascular do Hospital Evangélico e equipe em comemoração a passagem do 10.º aniversário da instalação do referido serviço em nossa Capital. —

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, encarecendo sejam credenciados médicos para Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, com o apoio de diversos Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja declarado de "persona non grata" ao Paraná, o Senhor General Costa Cavalcanti, por suas declarações ofensivas aos interesses do nosso Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de aplausos e congratulações pelo transcurso do 21.º aniversário de fundação e entrada no ar, da Televisão Paranaense Canal 12. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos pelo 21.º aniversário de fundação da TV Paranaense Canal 12. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à SUREHMA, encarecendo providências que possam sanar os prejuízos causados à população pela atividade poluidora da Empresa Elo Artefatos de Madeira. — **Em discussão.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Curitiba, terça, 03/11/81.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nº 47, 48, 49 e 50/81.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/81.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 70, 71, 72, 73, 74 e 75/81 e de Lei n.º 115 e 125/81 e de Projeto de Lei Complementar n.º 101/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 23, 132, 103/81 e 163/81.
Levanta-se a sessão.